

Superior Tribunal de Justiça

AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL Nº 1.258.567 - GO (2018/0051543-3)

RELATOR : **MINISTRO PAULO DE TARSO SANSEVERINO**
AGRAVANTE : E F L (MENOR)
REPR. POR : E E F
ADVOGADOS : LUIZ CARLOS DA SILVA - GO006386
LEONARDO CAETANO DA SILVA - GO029850
VALERIA DE PAULA PAIVA SILVEIRA
AGRAVADO : CONDOMINIO EDIFICIO LAUTREC
ADVOGADOS : MARCELO HENRIQUE RODRIGUES DE MORAES -
GO018708
FABIANA VARGAS GADIA ACCIOLY E OUTRO(S) -
GO028907

EMENTA

AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL. PROCESSUAL CIVIL (CPC/73). CERCEAMENTO DE DEFESA. PROVAS SUFICIENTES NOS AUTOS. REVISÃO. IMPOSSIBILIDADE. SÚMULA 7/STJ. DISSÍDIO. COTEJO ANALÍTICO. AUSENTE. AGRAVO CONHECIDO PARA, DESDE LOGO, NÃO CONHECER O RECURSO ESPECIAL.

DECISÃO

Vistos, etc.

Trata-se de agravo interposto por E F L (MENOR) em face da decisão que negou seguimento a recurso especial, fundamentado nas alíneas "a" e "c" do art. 105, III, da Constituição Federal, em face de acórdão do Tribunal de Justiça do Estado de São Paulo, assim ementado:

EMENTA: AGRAVO REGIMENTAL NA APELAÇÃO CÍVEL. AÇÃO COMINATÓRIA, CAUTELAR INOMINADA e DECLARATÓRIA. CONEXÃO. JULGAMENTO SIMULTÂNEO. CERCEAMENTO DE DEFESA. INOCORRÊNCIA. CONDOMÍNIO. ALTERAÇÃO DA FACHADA. COLOCAÇÃO DE VIDROS NA ÁREA EXTERNA QUE CIRCUNDA A COBERTURA EM SUBSTITUIÇÃO ÀS GRADES DE FERRO. INADMISSIBILIDADE. 1. Não procede a alegação de cerceamento de defesa pela não realização de perícia técnica se o juiz, como destinatário das provas, aferir que as provas produzidas são suficientes para a formação de seu convencimento. 2. Nos termos do art. 10, § 20 da Lei 4591/64, há vedação absoluta para obras que alterem a

Superior Tribunal de Justiça

fachada e o conjunto arquitetônico do condomínio, por se tratar de patrimônio comum que deve ser preservado em relação aos interesses individuais. 3. Impõe-se, assim, a proteção ao patrimônio de todos, que se dá pela obrigação do consentimento da unanimidade dos condôminos a qualquer alteração que resulte em modificação da fachada externa, 4. Se as obras já foram edificadas, devem ser desfeitas. 5. Quando o agravante não traz nenhum argumento hábil a viabilizar a alteração do entendimento adotado na decisão monocrática, limitando-se a rediscutir a matéria decidida, impõe-se o desproimento do agravo regimental, porquanto interposto à mímica de elemento novo a sustentar a pretendida modificação. AGRAVO REGIMENTAL CONHECIDO E DESPROVIDO. (e-STJ, fls. 661/662)

No recurso especial, o agravante alega violação ao disposto nos artigos 458, inciso I, 332, 333, incisos I e II, 420, do CPC/73, sustentando que houve cerceamento de defesa, pois a prova técnica requerida foi indeferida, e era essencial para o caso.

As contrarrazões não foram apresentadas.

É o relatório.

Passo a decidir.

A pretensão recursal não merece acolhida.

Primeiramente, cumpre esclarecer que o juízo de admissibilidade do presente recurso será realizado com base nas normas do CPC/1973 e com as interpretações dadas, até então, pela jurisprudência do Superior Tribunal de Justiça, conforme disposto no Enunciado Administrativo n. 2/STJ.

De início, o princípio da persuasão racional ou da livre convicção motivada do juiz (art. 131 do CPC) consigna caber ao magistrado apreciar livremente a prova, atendendo aos fatos e circunstâncias constantes dos autos, conferindo, fundamentadamente, a cada um desses elementos a sua devida valoração.

Nesse contexto, importante observar as conclusões do tribunal acerca do cerceamento de defesa, ante a não valoração de prova constante nos autos:

Ademais a questão atinente à necessidade de realização de perícia técnica foi devidamente abordada por esta Relatoria às f. 517/520, restando ali consignado que:

Superior Tribunal de Justiça

"2.3. Cerceamento de defesa. Inocorrência. ... verifico que razão não assiste aos recorrentes quanto à alegação de cerceamento de defesa, embasada na necessidade de produção de prova técnica pericial, por eles requerida. É de se observar do conjunto probatório carreado aos autos, tanto pelas fotografias, quanto pelos depoimentos colhidos, que à evidência, as reformas perpetradas no apartamento alteraram a fachada do condomínio. Ressalte-se que sendo o juiz o destinatário das provas, ele é quem deverá aferir se as provas produzidas são suficientes para a formação de seu convencimento, não se constituindo em cerceamento de defesa a não realização de perícia técnica.

Assim, desnecessária, pois a produção de prova pericial, não havendo falar em cerceamento de defesa." (e-STJ, fls. 646/647 - grifou-se)

Dessa forma, restou expressamente consignado no acórdão do Tribunal de origem que não houve cerceamento de defesa, pois as demais provas produzidas nos autos são suficientes para provar o alegado.

Nesse sentido:

TRIBUTÁRIO E PROCESSUAL CIVIL. AGRAVO REGIMENTAL NO AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL. ISS. PRESTAÇÃO DE SERVIÇO. FUMIGAÇÃO. CONGÊNERES. INTERPRETAÇÃO EXTENSIVA DA LISTA ANEXA À LC 116/2003 E À LEI MUNICIPAL 1.054/2003. PREVISÃO EM LEI LOCAL. INCIDÊNCIA DAS SÚMULAS 7/STJ E 280/STF.

[...]

II. Os arts. 130 e 131 do CPC consagram o princípio do livre convencimento motivado, segundo o qual o Juiz é livre para apreciar as provas produzidas, bem como para decidir quanto à necessidade ou não da produção das que forem requeridas pelas partes, podendo, motivadamente, indeferir as diligências que reputar inúteis ou protelatórias.

III. Não há falar em cerceamento de defesa, quando o julgador considera desnecessária a produção de prova, mediante a existência, nos autos, de elementos suficientes para a formação de seu convencimento.

[...] **VII. Agravo Regimental improvido. (AgRg no AREsp n. 118.207/SP, Relatora a Ministra Assusete Magalhães, DJe de 23/9/2014 - grifou-se)**

TRIBUTÁRIO E PROCESSUAL CIVIL. VIOLAÇÃO DO ART. 535

Superior Tribunal de Justiça

DO CPC. INEXISTÊNCIA. DEVIDO ENFRENTAMENTO DAS QUESTÕES RECURSAIS. PRESCRIÇÃO. INTERRUPÇÃO. PARCELAMENTO. DESTINATÁRIO DA PROVA. JUIZ. PRINCÍPIO DO LIVRE CONVENCIMENTO. REEXAME DE FATOS E PROVAS. IMPOSSIBILIDADE. INCIDÊNCIA DA SÚMULA 7/STJ.

[...]

2. Cabe ao juiz, o destinatário final da prova, em sintonia com o sistema de persuasão racional adotado pelo CPC, dirigir a instrução probatória e determinar a produção das provas que considerar necessárias à formação do seu convencimento.

*[...] Agravo regimental improvido. (AgRg no AREsp n. 533.843/MG, Relator o Ministro **Humberto Martins**, DJe de 1/9/2014 - grifou-se)*

Portanto, elidir as conclusões do aresto impugnado demandaria o revolvimento do conjunto fático-probatório dos autos, providência vedada nesta sede especial a teor da Súmula 07/STJ.

Por fim, observo, por oportuno, que o dissídio jurisprudencial não foi devidamente comprovado conforme estabelecido nos arts. 541, parágrafo único, do CPC/73, e 255, §§ 1º e 2º, do RISTJ. A divergência jurisprudencial deve ser demonstrada com a indicação das circunstâncias que identifiquem ou assemelhem os casos confrontados. A simples transcrição de ementas não é suficiente para a comprovação do dissídio.

No caso, não houve o devido cotejo entre o acórdão recorrido e os paradigmas indicados.

Adverta-se, por fim, que eventual recurso interposto contra este *decisum* estará sujeito às normas do CPC/2015, conforme Enunciado Administrativo n. 3/STJ.

Ante o exposto, conheço o agravo para, desde logo, não conhecer o recurso especial.

Intimem-se.

Superior Tribunal de Justiça

Brasília (DF), 22 de novembro de 2019.

MINISTRO PAULO DE TARSO SANSEVERINO
Relator

